

ALIANÇA DO PACÍFICO VS MERCOSUL: UMA ANÁLISE HISTÓRICA SOB O PUNTO DE VISTA ECONÔMICO E INSTITUCIONAL

Lucas Gomes Dantas de Araújo

Monografia de conclusão do curso de economia pela Universidade Católica de Brasília- UCB

Orientador: Tito Belchior Silva Moreira

RESUMO

O trabalho faz uma comparação entre as seis maiores economias da América do Sul – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Venezuela – do ponto de vista econômico e institucional. O resultado do estudo indica que os países da Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia e Peru) vêm experimentando, principalmente na primeira década do século XXI, um crescimento vertiginoso. E o que pode ser observado é que o crescimento parece ser sustentado, pois a produtividade dos trabalhadores destes países também vem crescendo, além de suas taxas de inflação indicarem estabilidade e suas instituições terem se tornado mais livres. Com relação aos países do Mercosul a situação é distinta, com crescimento per capita bastante baixo na última década, uma situação de reversão parece não se avizinhar, isto porque a produtividade dos trabalhadores é baixa e está em tendência de queda, a inflação destes países vem crescendo além das instituições estarem se tornando menos livres principalmente com relação à Venezuela e Argentina.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Instituições, América Latina, Aliança do Pacífico, Mercosul.

1. Introdução

Na literatura econômica é comum a cunhagem que termos que definam um conjunto de economias que por sua vez, aderem a políticas parecidas e que alcançam resultados semelhantes. É o caso, por exemplo, do uso da expressão “tigres asiáticos” para se referir às quatro economias asiáticas (Hong Kong, Singapura, Coreia do Sul e Taiwan) que experimentaram um vertiginoso crescimento de suas economias, principalmente dos anos 1960 aos anos 1990. Os tigres asiáticos foram assim designados não somente por apresentarem altíssimas taxas de crescimento econômico, mas por terem políticas bem similares de como alcançar este desenvolvimento, como altíssimos superávits da balança comercial devido às políticas voltadas à exportação (Lall, 1996).

Outro caso de termo usado para se referir à um conjunto de economias é a expressão “BRICs”, criada pelo economista O'Neill, J. (2001) em *"Building Better Global Economic BRICs"*. O'Neill à época afirmara que Brasil, Rússia, Índia e China poderiam, em 2050, se tornar as maiores potências globais. O economista do Goldman Sachs afirmara isto, pois as quatro economias haviam aderido ao capitalismo global. Segundo o artigo de O'Neill, China e a Índia, respectivamente, se tornariam os principais fornecedores mundiais de produtos manufaturados e serviços ao passo que Brasil e Rússia se tornariam dominantes da mesma forma como fornecedores de matérias-primas.

Agora a nova coqueluche dos economistas está na América Latina. Em 2012 o economista George (2012) cunhou o termo “Pumas do Pacífico” – uma alusão aos tigres asiáticos – para se referir às economias de Chile, Colômbia, Peru e México. Mais tarde, em 2014, com a publicação “*The Pacific Pumas: An Emerging Model for Emerging Countries*”, George se aprofundou mais no estudo das 4 economias supracitadas, explicando o termo “pumas” devido ao fato de pumas serem na natureza animais ágeis, inteligentes, independentes e fortes. O autor lembra que as quatro economias diferem das outras grandes economias latino americanas, pois crescem ano após ano a taxas sustentáveis, são nações democráticas e integradas globalmente.

Os pumas foram definidos do ponto de vista econômico como países com foco na estabilidade monetária, responsabilidade fiscal e abertura econômica. Sob o ponto de vista político, estão maturando suas repúblicas e fortalecendo suas instituições, em contraposição aos vizinhos latino americanos e também comparado às outras economias em desenvolvimento. Outro fator integrador destas economias é o fato de formarem um bloco econômico: Aliança do Pacífico.

A Aliança do Pacífico foi fundada em 2012 por Chile, Colômbia, México e Peru com o objetivo de intensificar o comércio intra-regional. Com base numa lei de 2014 a aliança eliminou tarifas de aproximadamente 92% dos bens e serviços comercializados entre tais países e também cria mecanismos de incentivos de comércio com parceiros externos (o bloco já conta com 32 países observadores, incluindo os 7 integrantes do G7).

Nas raízes da Aliança do Pacífico está o “*Mercado Integrado Latinoamericano*” (MILA). Surgido em 2009 como um acordo entre as bolsas de valores de Colômbia, Peru e Chile para a formação de um mercado único que concentrasse as negociações de ações dos três países. O MILA foi oficialmente iniciado em 30 de maio de 2011, se tornando assim o segundo maior mercado de ações da América Latina, perdendo apenas para a BMF Bovespa, com US\$720 milhões em capitalização. Em 2014 a bolsa mexicana passa a integrar o acordo, formando desta forma o maior mercado de ações da América Latina, tanto em valor de capitalização quanto em quantidade de ações negociadas.

O entusiasmo com os pumas do pacífico também se deve ao fato de obterem níveis de desenvolvimento mais consistente quando comparado com alguns países latino-americanos, principalmente aqueles mais ideológicos como os membros da ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América) e Mercosul, como Venezuela, Equador, Argentina e mais recentemente o Brasil (Oppenheimer 2013).

Por coincidência, ou não, três dos países listados acima pertencem ao mesmo bloco de integração econômico, o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e, por isso, utiliza-se neste estudo a terminologia MERCOSUL para se referir à Brasil, Venezuela e Argentina.

Com a proposta de entender de que forma a América do Sul está se desenvolvendo no início deste século faz-se uma análise comparativa entre os países da Aliança do Pacífico e o MERCOSUL levando-se em conta indicadores econômicos tradicionais e também aspectos institucionais que podem indicar o sucesso ou insucesso das estratégias de crescimento dos dois blocos nos anos vindouros.

2. Revisão da Literatura

Segundo estudo realizado por Power e Jamison (2005), existe uma desconfiança generalizada na América Latina com os políticos de uma forma geral. Desconfiança causada principalmente por três fatores: fraco desempenho econômico da maioria das novas democracias da região, escândalos de corrupção e o uso instrumental das instituições políticas e econômicas pelos governantes. Os autores contextualizam que na década de 1980 com as transições democráticas de várias nações latino americanas, as transferências de poder dos

militares para as elites civis, com a exceção do Chile, realizaram-se no contexto de crise econômica, recessão, dívida externa esmagadora e rápido declínio da capacidade do Estado. De modo que a década perdida (1980) não ofereceu muitas oportunidades para as democracias latino americanas. Em 1990 as condições melhoraram, entretanto diversas crises neste período também atrapalharam o desempenho destas economias como (a "gripe asiática", o "efeito tequila" e outras).

Roberts e Wibbels (1999) mostra que as feridas econômicas deixam cicatrizes políticas. Em um nível mais amplo, O'Donnell (1994) também enfatizou que as crises econômicas geram ciclos políticos que são claramente corrosivos à qualidade das instituições democráticas. A crise econômica atrai competidores pelo poder que se apresentam como salvadores da pátria. Os populistas, afirmam que somente um governo forte pode curar a crise, desta forma os presidentes-salvadores passam por cima das instituições democráticas.

O Instituto Millennium (2012), *think tank* brasileira, realizou um estudo intitulado Desempenho Econômico do Brasil, Qualidade Institucional e Liberdade Econômica no qual fez uma análise do desempenho econômico brasileiro e de alguns outros países da América do Sul nos últimos 30 anos cruzando estes dados econômicos com indicadores institucionais e de liberdade civil, política e econômica. O estudo, após questionar o porquê do fraco desempenho das economias latino americanas, vai buscar na Nova Economia Institucional (North, 1992) e em Gala (2003) uma explicação para o baixo crescimento econômico. O estudo levanta que más instituições geram incentivos para o capitalismo de compadres, onde o sucesso de empresas depende dos laços e proximidade com o governo e onde os privilégios e proteção recebidos por alguns grupos de empresas representam restrições à criação e entrada de novas empresas nos mercados, dificultando o empreendedorismo e reduzindo inovação.

O estudo, Desempenho Econômico do Brasil, Qualidade Institucional e Liberdade Econômica, ainda salienta, baseado nos estudos de Acemoglu, Robinson e Woren (2012) que instituições econômicas que fornecem os incentivos apropriados para inclusão social e prosperidade econômica devem predominantemente envolver as seguintes características:

- O setor privado deve ser o principal ator no processo de criação de riqueza e o governo apenas partícipe, atuando como um juiz ao promover marcos regulatórios e legais, apropriados para o funcionamento de mercados competitivos,
- O governo deve estabelecer um compromisso para a proteção de direitos de propriedade e para a criação de um ambiente institucional que estimule a inovação e ganhos de produtividade,
- A regra da lei (ou estado de direito) deve ser sempre respeitada,
- O governo deve prover um ambiente macroeconômico estável, com inflação baixa e posição fiscal sustentável.

Sem estas características acima citadas, as fontes do crescimento econômico sustentado não são construídas (inovação tecnológica e os incentivos dados pelo arranjo institucional), e estas bases são fundamentais para o segundo passo rumo ao desenvolvimento que é a formação dos fatores de crescimento econômico (como acumulação de capital, mais horas trabalhadas e uso de recursos naturais).

O estudo do Instituto Millennium (2012) fez uma análise focal nas economias do Brasil, Chile e Venezuela, representando assim as economias que, segundo os autores, estão em momentos diversos. Chile segundo o autor com as melhores instituições políticas da América Latina e com a maior taxa de crescimento durante os últimos 20 anos. Brasil, com um sistema político relativamente aberto e altamente competitivo, mas com um capitalismo de compadres no qual grupos e empresas já estabelecidos impedem a competição com novos entrantes. Venezuela com as piores instituições políticas e econômicas da América Latina, com o governo menos democrático, autoritário e mais corrupto da região. O estudo chega à conclusão de que a América Latina tem sérias dificuldades e que a solução para o rápido desenvolvimento está na liberdade política e econômica.

As avaliações supracitadas também são endossadas por Sachsida e Machado (2008) no livro intitulado *Fatores Determinantes da Riqueza de uma Nação*. Neste caso os autores argumentam que vários fatores podem ser condições suficientes para o crescimento, como boa educação, uma sociedade empreendedora, boa infra-estrutura, a presença de instituições estáveis, uma baixa taxa de inflação, a abundância de riquezas naturais, a globalização, uma alta poupança interna ou uma simples estrutura tributária, entretanto, ao analisar 61 economias, dos quais 23 ricas, 20 de renda média e 18 pobres, de acordo com o PIB per capita de cada um, os pesquisadores chegaram à conclusão de que boas instituições econômicas (liberdade econômica) são o fator mais importante para o sucesso das nações, e condição necessária para o desenvolvimento sustentável. Portanto segundo Sachsida e Machado (2008):

“O sucesso econômico de uma nação está intimamente ligado com a sua capacidade de gerar e manter instituições capazes de incentivar os negócios, de dar liberdade aos empresários e trabalhadores, de promoverem a concorrência entre as empresas, de limitarem a intervenção estatal, de diminuir a burocracia, de estimular o comércio com outros países, e, acima de tudo, permitindo que os consumidores e empresários comprem (e vendam) de quem (para quem) lhes for mais vantajoso”.

Até meados da década de 2000 a América Latina era vista como um conjunto de países com claras semelhanças tanto políticas quanto econômicas, com políticos populistas e políticas econômicas protecionistas e anti-mercado. Até que em George (2014) em seu estudo “*The Pacific Pumas: An Emerging Model for Emerging Markets*” observou que algumas economias desta parte do hemisfério sul vêm adotando políticas diferentes das acima citadas, propondo uma maior abertura econômica com o restante do mundo e liberalizando as relações comerciais de seus cidadãos. Segundo George (2014) a América Latina estaria dividida entre dois modelos de desenvolvimento, um modelo mais aberto ao comércio e à livre iniciativa, liderado pelos chamados ‘pumas do pacífico’ e um modelo mais estatista e protecionista liderado pelos integrantes do Mercosul.

De acordo com George (2014) o sucesso recente dos pumas do pacífico deriva de uma estabilidade política e macroeconômica, uma maior integração global e a expansão do consumo privado. A estabilidade política, segundo George, pode ser exemplificada, com as transições suaves que ocorreram entre políticos de direita e esquerda nos anos recentes e a aceitação, por parte destes políticos de ambos os espectros, da existência de estruturas políticas e econômicas consolidadas. Os três países selecionados neste estudo, pertencentes à Aliança do Pacífico estão intensificando sua integração global, tanto é que todos fecharam recentemente acordos de livre comércio com os EUA – Chile (2004), Peru (2009) e Colômbia (2012) – os três têm também acordos semelhantes de livre comércio com a União Europeia, além disso especificamente Peru e Chile são membros da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, um fórum de 21 países-membros, que visa promover o livre comércio e a cooperação econômica em toda a região da Ásia-Pacífico.

Apesar de alguns estudos já terem destacado o sucesso econômico recente dos países do pacífico sul americano, por exemplo o estudo de George (2014), e outros terem se aprofundado na dificuldade que países latino americanos têm de manter números macroeconômicos consistentes por longos períodos, nenhum estudo tinha colocado foco nesta dicotomia de políticas existente na América do Sul neste século. Este estudo pretende, portanto, analisar se de fato os chamados pumas do pacífico caminham para uma posição de liderança no continente e se alguns dos atuais protagonistas como Brasil e Argentina caminham para papéis de coadjuvantes.

É importante que se faça aqui uma ressalva, a Aliança do Pacífico é formada por 5 países, a saber México, Costa Rica, Chile, Colômbia e Peru, entretanto por uma questão de simplificação apenas serão tratados três deles (Chile, Colômbia e Peru). Portanto neste estudo

ao nos referirmos à Aliança do Pacífico, entende-se os países aqui selecionados. A mesma coisa para o Mercosul, apesar do bloco se tratar de vários países (Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Venezuela), por uma questão metodológica serão tratados de três dos membros – Brasil, Argentina e Venezuela.

3. Resultado das análises comparativas entre Mercosul & Pumas do Pacífico

3.1. Desempenho Econômico

Para a análise comparativa das economias selecionadas serão usados dados de produção per capita e produção por hora trabalhada além de dados de inflação e investimento. Os dados foram retirados do Fundo Monetário Internacional (IMF) e *The Conference Board*.

3.1.1. PIB per capita

PIB per capita é uma medida de cálculo de riqueza mais eficiente do que o produto interno bruto, por exemplo, pois elimina distorções de tamanho de população, o que não é exatamente o objeto do estudo. Esta medida é importante para analisar a trajetória de crescimento da renda dos países. A figura 1 apresentada a seguir traz a média de crescimento *per capita* das seis economias analisadas do ano de 2000 até 2013.



Figura 1 – PIB per Capita de 2000 a 2013 – Média da Taxa de Crescimento Anual

Fonte: The Conference Board Total Economy Database™, January 2014.

Dados: Valores em US\$ de 2013 ajustados pela PPP

Elaboração própria.

Na figura 1 é importante destacar a economia peruana, que na última década juntamente com o Chile e em menor medida a Colômbia, tem crescido a uma taxa bastante elevada comparativamente aos países do MERCOSUL, Brasil, Venezuela e Argentina, o que confirma a tese de George (2014) sobre os pumas do pacífico.

A figura 2 mostra os países agregados em blocos: Mercosul e Aliança do Pacífico. Como já destacado, o Mercosul engloba Brasil, Argentina e Venezuela, ao passo que Aliança do Pacífico compreende Peru, Chile e Colômbia.

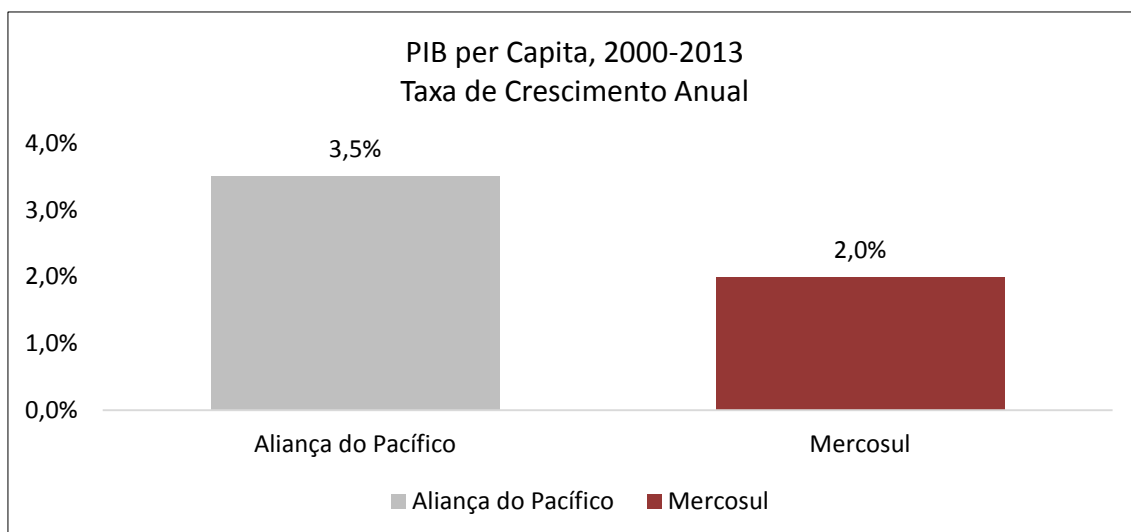


Figura 2 – PIB per Capita de 2000 a 2013 – Média da Taxa de Crescimento Anual

Fonte: The Conference Board Total Economy Database™, January 2014.

Dados: Valores em US\$ de 2013 ajustados pela PPP

Elaboração própria

Na análise conjunta dos países, em média um cidadão habitante de alguma das três economias do Mercosul ficou em média 2% mais rico a cada ano de 2000 a 2013, ao passo que em média um habitante de uma das economias da Aliança do Pacífico ficou 3,5% melhor economicamente.

A figura 3 apresentada a seguir, o FMI faz uma previsão do PIB per capita para os próximos anos, até o fim da década. As estimativas são baseadas nos últimos resultados econômicos registrados no país, além de percepções dos ambientes social e institucional.

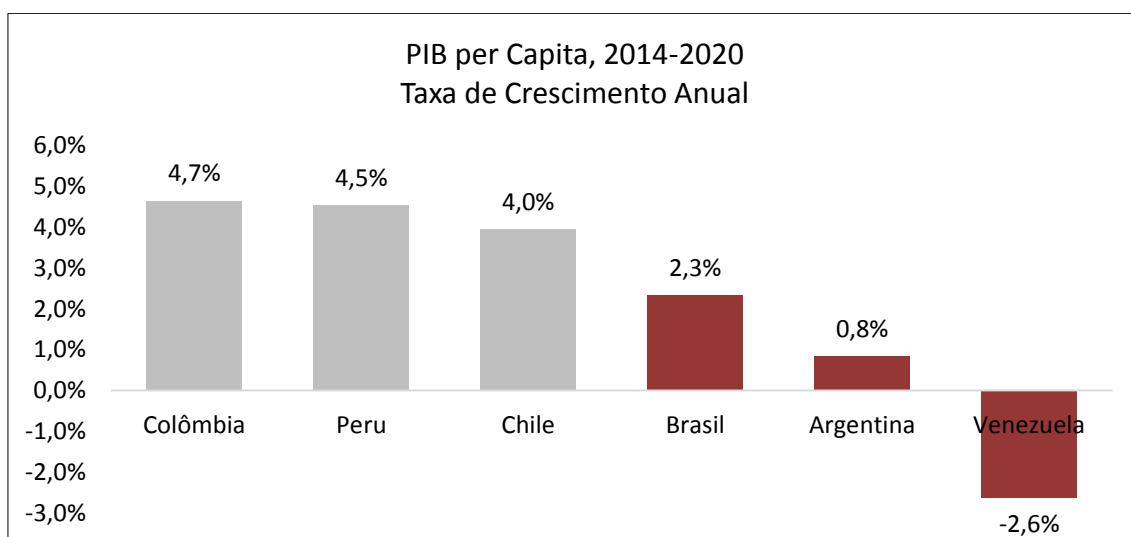


Figura 3 – Estimativa da Evolução do PIB per capita – 2014 a 2020

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2015. Valores em US\$ per capita, corrigidos pela paridade do poder de compra.

Elaboração própria

As estimativas para os países da Aliança do Pacífico, também conhecidos como pumas do pacífico são animadoras. Segundo as previsões do Fundo Monetário Internacional a economia colombiana deve crescer a uma taxa anual per capita de 4,7% até o 2020, ao mesmo que Peru e Chile vão crescer em média 4,5% e 4% respectivamente até o final da década.

Já para os países integrantes do Mercosul, as estimativas do FMI são frustrantes. Em relação aos vizinhos do Pacífico, todos crescem menos, ou seja, o Chile que tem previsão de crescer a uma taxa anual de 4,0% (a menor dentre os pumas) até 2020 deve crescer mais do que o Brasil que tem a estimativa de crescer 2,3% (o maior crescimento dentre os do Mercosul). O FMI previa estagnação econômica para a Argentina (crescimento próximo a zero) e recessão econômica para a Venezuela (PIB per capita negativo).

A figura 4 abaixo indica a estimativa de crescimento do PIB per Capita das economias selecionadas, entretanto sob um prisma diferente. Ele engloba nas colunas as três economias pertencentes a cada bloco econômico.

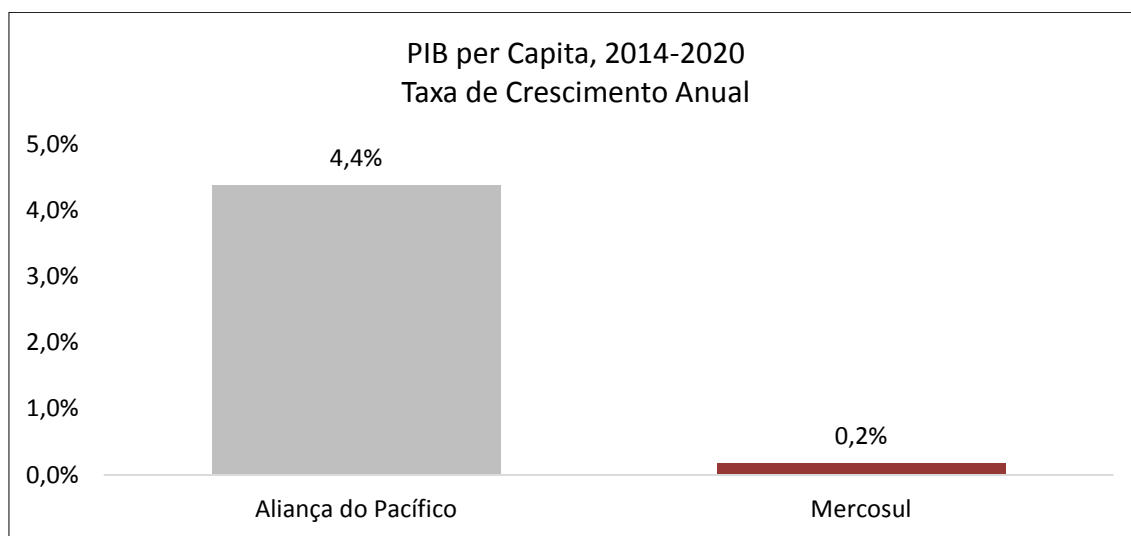


Figura 4 – Estimativa da Evolução do PIB per capita – 2014 a 2020

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2015. Valores em US\$ per capita, corrigidos pela paridade do poder de compra.

Elaboração própria

O FMI estima que os seis últimos anos da década serão bastante positivos para os países do pacífico e bastante negativos para os vizinhos do Mercosul. Segundo as estimativas os “pumas do pacífico” devem crescer em termos *per capita* a uma taxa média 22 vezes maior do que a taxa de 0,2% dos vizinhos de continente.

A Figura 5 estabelece outra relação importante, que permite avaliar a convergência de renda entre países. A ideia de convergência diz que países de renda mais baixa deveriam crescer mais rapidamente, de forma a alcançar ao longo do tempo o nível de renda de países mais ricos. Isto deveria ocorrer porque, em países mais pobres, capital é relativamente mais escasso e teria maior retorno, permitindo um nível mais elevado de investimento e de crescimento do produto per capita. Na figura 5 observa-se quanto cada país cresceu em relação aos EUA entre 2000 e 2013.

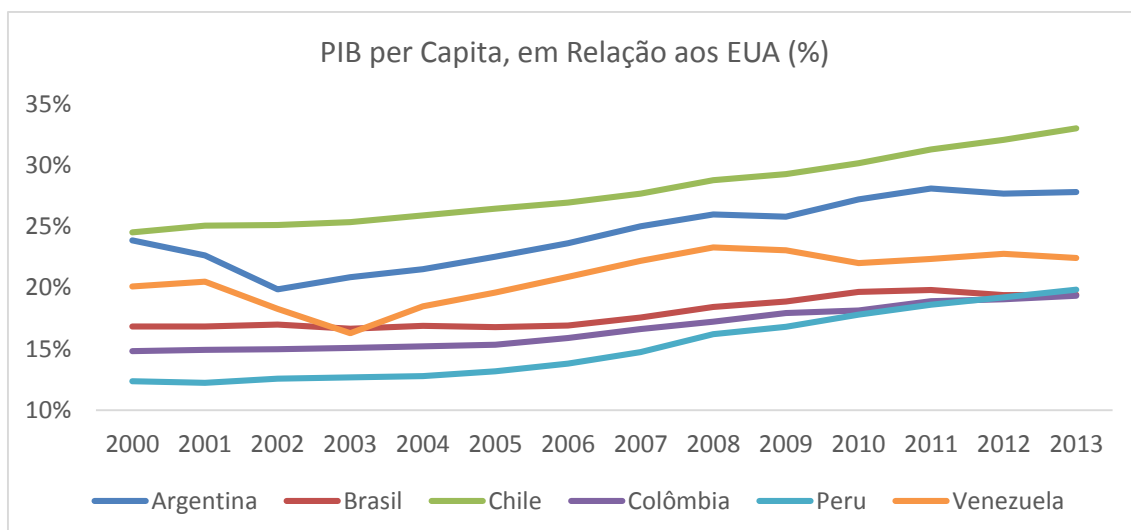


Figura 5 – Evolução do PIB per capita entre 2000 e 2013 em relação ao crescimento per capita dos Estados Unidos

Fonte: The Conference Board Total Economy Database™, January 2014.

Dados: Valores em US\$ de 2013 ajustados pela PPP

Elaboração própria

Neste aspecto a convergência de renda pôde ser aplicada a todas as economias selecionadas no período de 2000 a 2013, ou seja, todos cresceram mais do que os EUA. Alguns mais, outros menos. Chile foi o maior destaque positivo no período, crescendo aproximadamente 9% a mais do que a economia americana, taxa parecida com a do Peru que cresceu 7% mais do que os EUA entre 2000 e 2013. No terceiro lugar está a Colômbia que cresceu 5% a mais do que os EUA, seguido por Argentina (4%), Brasil (3%) e Venezuela (2%).

Comparar as taxas de crescimento dos países também permite estimar quanto tempo pode levar para que um país de menor renda alcance o de maior renda. Tendo como base os dados de crescimento per capita dos países até 2013 fornecidos pela organização *The Conference Board*, foi calculado quanto tempo demorará para cada economia alcançar o padrão americano de 2013. Se o Chile realmente manter uma taxa média de crescimento anual de 3,2%, em 2048 alcançará a renda per capita de 2013 dos EUA. Peru, com crescimento de 4,4% a.a. alcançará em 2051, Colômbia com crescimento anual de 2,9% atingirá a meta em 2071. Os países do Mercosul demorarão um pouco mais para atingir os US\$52.737 de renda per capita, Argentina alcançaria em 2080, se crescesse 1,95% a.a., já a Venezuela crescendo a 1,98% a.a. atingiria em 2090 e por último o Brasil que somente atingiria a renda atual do americano em 2095, crescendo os atuais 2,04% a.a.

3.1.2. Inflação

Um dos principais fatores de instabilidade na América do Sul são os preços, que constantemente passam por períodos de alta. As figuras 6 e 7 mostram como os preços vêm se comportando nas seis economias sul americanas selecionadas neste estudo.



Figura 6 – Taxa anual média de inflação 2000 a 2013 (% fim de período)

Fonte: *International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2015*

Elaboração própria

A variação anual dos preços é bastante alta nos países pertencentes ao bloco do Mercosul, em especial na Venezuela e Argentina. O Brasil que teve uma taxa média no período 2000-2013 de 6,48%, tem uma tendência de alta inflacionária. Em 2009, o país tinha uma taxa de inflação de 4,31% já em 2015 ela deve chegar aos 10%. Entretanto o FMI, reconhece os ajustes que vêm sendo implantados no país e estima que a partir de 2016 a taxa deva cair e atingir os 4,5% (centro da meta de inflação deste país) em 2020. (Ver Figura 7)

Deve-se ressaltar neste contexto a Colômbia, que vinha convivendo com uma alta taxa de inflação até 2008 (média de 6,5%), mas que de 2009 a 2014 reduziu drasticamente sua taxa para 2,82% em média e segundo o levantamento do FMI deve reduzir ainda mais de 2015 a 2020, para 2,03%. (Ver Figura 7).

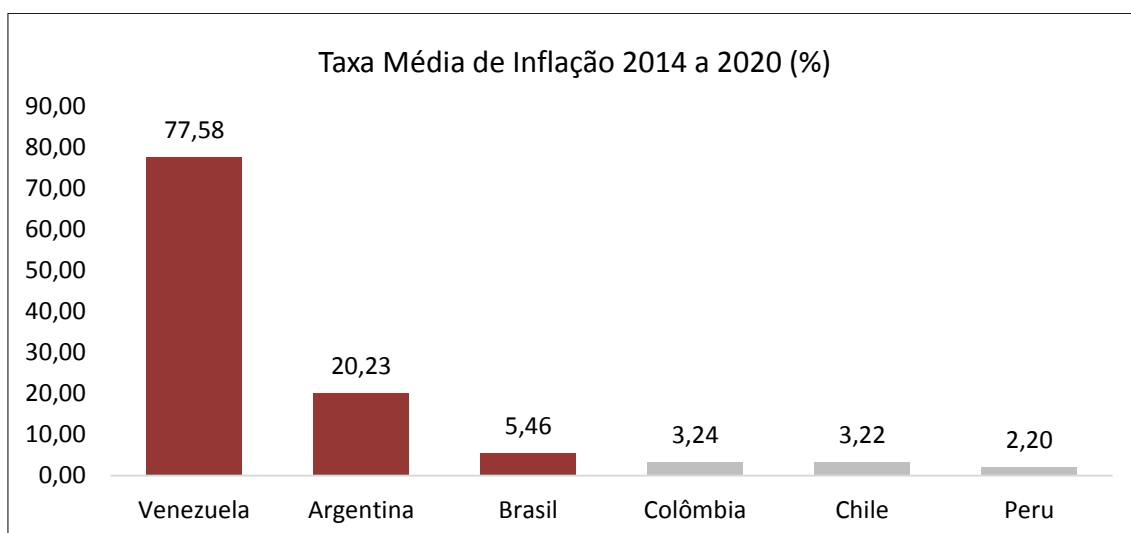


Figura 7 – Taxa anual média de inflação 2014 a 2020 (% fim de período)

Fonte: *International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, April 2015*

Elaboração própria

Nas estimativas do FMI, Venezuela e Argentina devem ter um rendimento pior do que tiveram na década anterior. Brasil, como dito acima, vêm tendo um resultado bastante desfavorável no quesito preços, principalmente a partir de 2009. Entretanto, os analistas do FMI acreditam que os ajustes fiscais promovidos pelo governo funcionarão a médio prazo de modo

a atingir os 4,5% de inflação média em 2020. Com relação aos países do Pacífico, as perspectivas são de estabilidade monetária, ou seja, não haverá tanta oscilação de preços.

Moura e Carvalho (2010) fizeram um levantamento sobre as políticas monetárias adotadas em sete economias da América Latina. O estudo dividiu em 3 grupos os países, colocando no primeiro grupo aqueles mais duros em relação à inflação, no segundo grupo aqueles intermediários e finalmente no terceiro grupo aqueles mais tolerantes no combate à inflação. O resultado indicou que Brasil e México são os países mais duros no combate à inflação, no terço seguinte vem Peru e Chile e os mais tolerantes à inflação são Argentina, Venezuela e Colômbia. O artigo de Moura e Carvalho (2010), vai de encontro às estimativas do FMI, que indicam um forte recrudescimento dos preços no Brasil, nos próximos anos.

3.1.3. Investimento Total

Durante o período de 2000 a 2013 o investimento em função do PIB foi bastante alto na Venezuela, devido à sua economia intensiva na área petrolífera, setor que demanda pesados investimentos em infraestrutura. Em seguida vem os três países da Aliança do Pacífico e por último Brasil e Argentina, conforme figura 8.

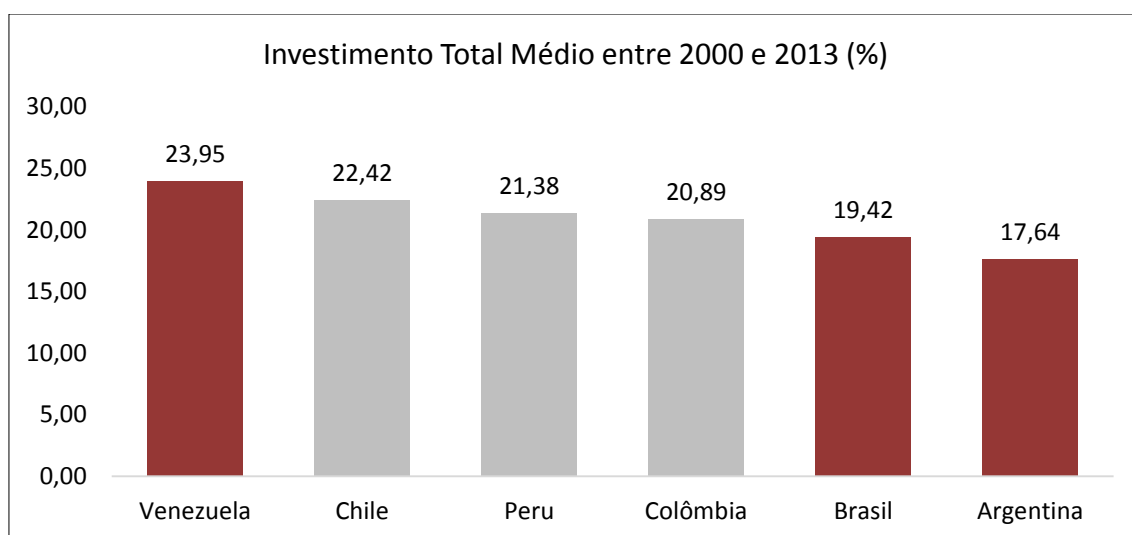


Figura 8 – Investimento Total entre 2000 e 2013 em razão do PIB

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2015

Elaboração própria

Na figura 9 estão as estimativas do FMI para o investimento total nestes países para o restante da década. O destaque fica por conta da Venezuela, que segundo o Fundo Monetário Internacional, passa de país que mais investe em função do PIB, ao que menos investe dentre as economias selecionadas. Na previsão dos analistas, os integrantes da Aliança do Pacífico investirão em média 23,12% do PIB até 2020 ao passo que os vizinhos do Mercosul investirão 17,47% do PIB.

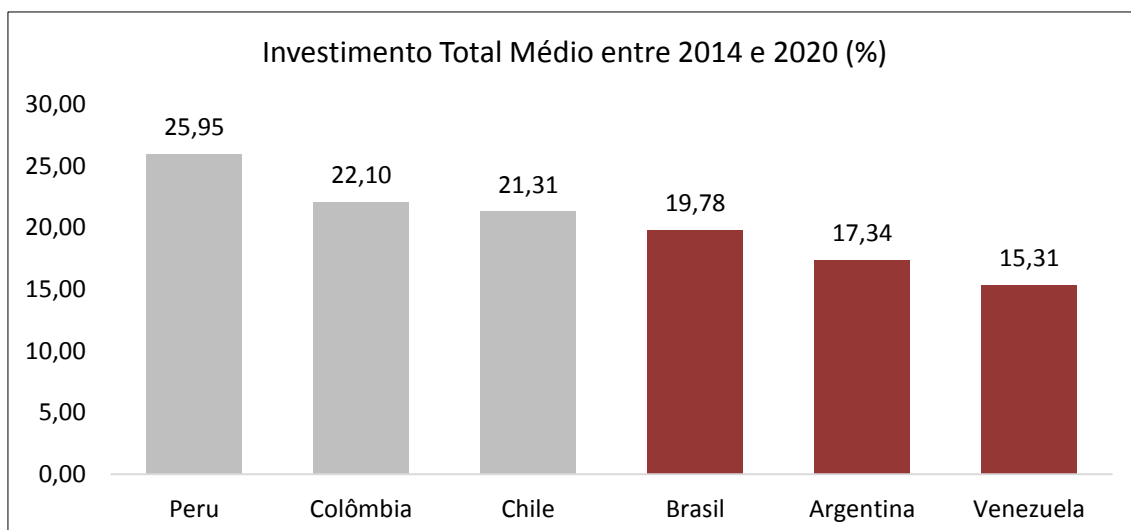


Figura 9 - Investimento Total entre 2014 e 2020 em razão do PIB (%)

Fonte: International Monetary Fund, World Economic Outlook Database, Abril 2015

Elaboração própria

3.1.4. Produtividade

Um dado interessante e que permite avaliar não só a riqueza de uma nação, mas a capacidade de seus cidadãos gerarem riqueza, é a medida de produtividade. Este indicador avalia quanto um trabalhador pode produzir em uma hora em diferentes países. Tendo em conta a disponibilidade de capital de um país, o habitante pode produzir mais ou menos no mesmo período de tempo. O gráfico abaixo avalia como a produtividade do trabalhador das economias selecionadas evoluiu ao longo do século XXI.

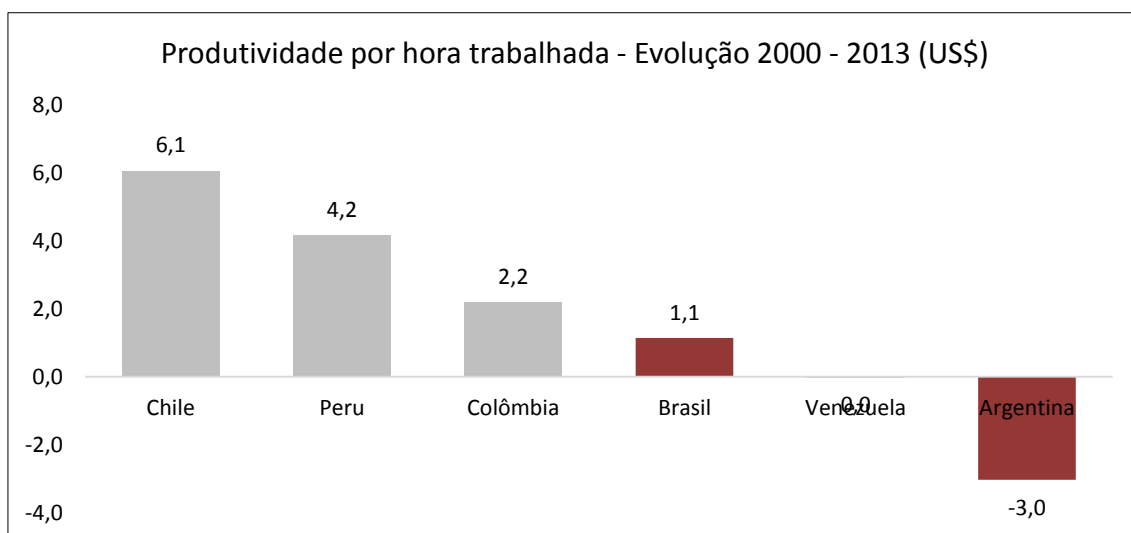


Figura 10 – Produtividade por hora trabalhada de 2000 a 2013 (US\$)

Fonte: The Conference Board Total Economy Database™, January 2014

Elaboração própria

Entre 2000 e 2013 um trabalhador argentino regrediu do ponto de vista de sua produtividade, ou seja, em 2000 ele produzia mais do que produziu em 2013, mais especificamente US\$ 3,00 a menos por hora. Ao mesmo tempo o trabalhador venezuelano estagnou, mesmo com uma taxa de investimento de quase 24% do PIB neste período, isso não

se refletiu em produtividade. Chile e Peru são os destaques, com crescimento na produtividade horária de US\$ 6,10 e US\$ 4,20, respectivamente.

Assim como foi feito com o PIB *per capita*, uma análise da produtividade dos latinos com relação aos pares sul-americanos se faz necessária novamente para avaliar se a teoria de convergência se aplica às economias latino americanas. Em outras palavras, faz-se necessário entender se os países subdesenvolvidos tiram proveito de sua condição para elevar de maneira mais rápida o padrão de vida de seus cidadãos.

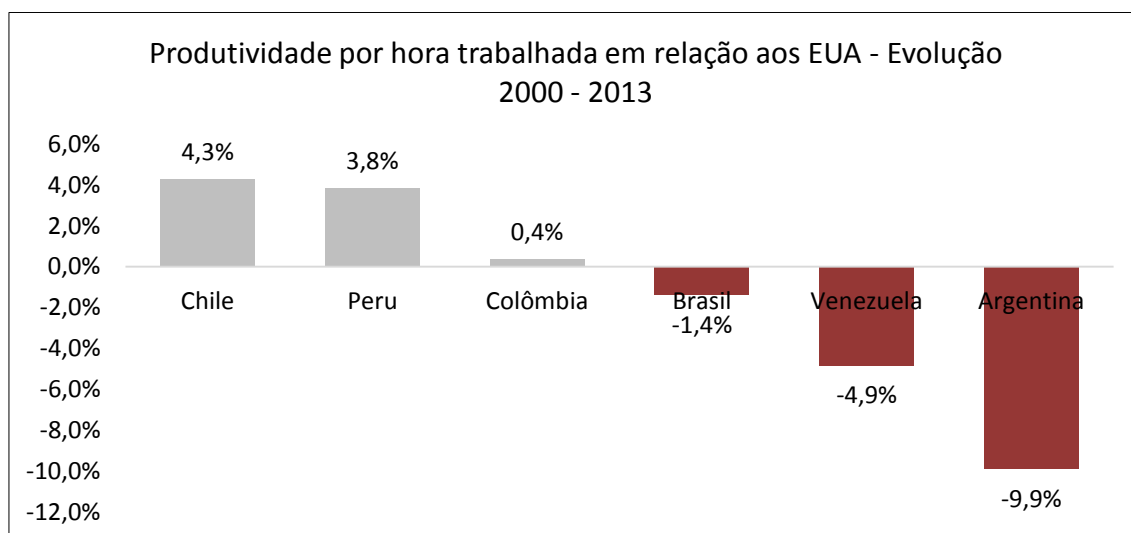


Figura 11 - Produtividade por hora trabalhada em relação aos EUA - Evolução 2000 – 2013 (% em relação aos EUA)

Fonte: The Conference Board Total Economy Database™, January 2014

Elaboração própria

Entre 2000 e 2013 o Chile conseguiu aumentar sua produtividade em 4,3% relativamente à produtividade americana. Em 2000 um cidadão chileno produzia em uma hora 26,5% do que um cidadão americano fazia no mesmo período. Graças ao incremento de US\$ 6,00 à produção do trabalhador chileno entre 2000 e 2013, esta relação pulou de 26,5% para 30,8%. O Peru assim como o Chile se destacou. O Peru também confirma a tese da convergência, se aproximando dos EUA, de modo que em 2000 o peruano produzia em uma hora 13,3% do que um americano fazia no mesmo período, já em 2013 esta relação mudou para 17,2%, graças ao aumento real da produtividade deste trabalhador de US\$ 5,00 por hora. A Colômbia também conseguiu incrementar a renda de seu trabalhador relativamente à maior potência econômica mundial em US\$ 2,00 por hora trabalhada. Isto significa que em 2000 um trabalhador colombiano produzia em uma hora 16,37% do que um trabalhador americano gerava no mesmo tempo, em 2013 a relação mudou para 16,74%.

Quanto aos países do Mercosul, a relação é distinta. O Brasil não conseguiu durante o período de 2000 a 2013 capacitar seus trabalhadores a ponto de produzirem relativamente mais do que os americanos no período, de modo que, se em 2000 um trabalhador brasileiro produzia em uma hora 17,4% do que um americano, em 2013 ele produziu apenas 16% aumentando assim o fosso entre os dois cidadãos. Com relação à Venezuela, a situação é semelhante, durante o período de 2000 a 2013 a relação que era de 27,2% foi para 22,4%. Com a Argentina a situação na primeira década do século XXI e início da segunda, também não foi positiva sob o ponto de vista da produtividade de seus trabalhadores. Se em 2000 um argentino produzia em uma hora razoáveis 30,5% do que um cidadão americano, em 2013 esta relação diminuiu para 20,6%, de modo que a produtividade caiu tanto relativamente (aos EUA) quanto absolutamente (-US\$ 3,00).

A figura 12 apresentada a seguir mostra a produtividade relativa dos dois blocos de países, no qual, os países estão incorporados numa só barra, a saber, as barras dos blocos econômicos.

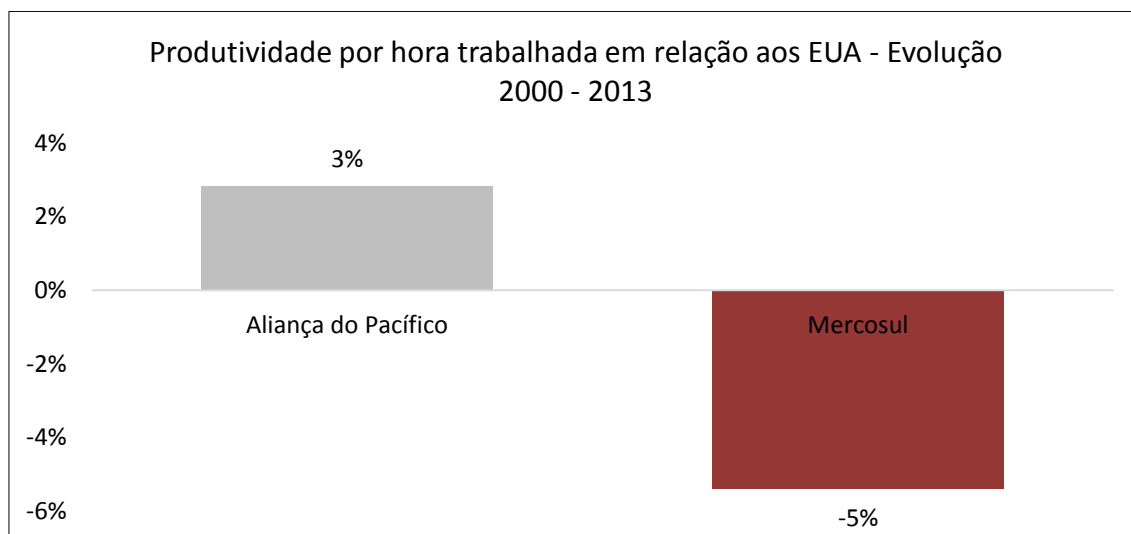


Figura 12 - Produtividade por hora trabalhada em relação aos EUA - Evolução 2000 – 2013 (% em relação aos EUA)

Fonte: The Conference Board Total Economy Database™, January 2014

Elaboração própria

O trabalhador residente numa economia da Aliança do Pacífico, conseguiu incrementar sua produtividade em 3% comparado ao trabalhador da maior economia do mundo, ou seja, se em 2000 ele produzia em uma hora 18,7% do que um trabalhador americano, em 2012 já produz 21,7%. Entretanto, os habitantes de um dos três países do Mercosul patinaram e em média diminuíram 5% sua produção por hora em relação aos EUA – em 2000 rendiam 25% daquilo que os americanos rendiam no mesmo período, já em 2012 rendem apenas 20%.

3.2. Desempenho Institucional

Liberdade econômica é um requisito indispensável para a consolidação de uma sociedade livre, onde indivíduos podem agir de acordo com seus próprios objetivos. Trata-se de um ingrediente essencial dos direitos humanos fundamentais à vida, à liberdade e à busca da felicidade ou auto realização. Diz-se que indivíduos têm liberdade econômica quando a propriedade que eles adquirem sem uso de força, fraude ou roubo, é protegida contra invasões físicas por terceiros, e os indivíduos são livres para usar, trocar, ou doar sua propriedade enquanto estas ações não violarem os direitos idênticos dos outros. Mas qual será a importância da liberdade econômica nas sociedades? Milton Friedman, prêmio Nobel em economia e um dos maiores defensores da liberdade individual no século XX, acreditava que os impactos de instituições econômicas livres poderiam ser mais bem entendidos se fosse mensurada apropriadamente.

O índice de liberdade econômica do *The Fraser Institute*¹ busca mensurar o grau pelo qual as políticas e instituições de uma sociedade dão o suporte necessário à liberdade econômica. Os pilares da liberdade econômica são escolhas pessoais, trocas voluntárias, ausência de barreiras à entrada e segurança de propriedade privada. Estes pilares implicam que liberdade econômica existe quando indivíduos têm liberdade de escolha e se engajam em trocas voluntárias sem causar danos a outros ou a suas propriedades. Em uma sociedade

¹ Veja Gwartney, Lawson e Hall (2014).

economicamente livre, a principal função do governo é proteger indivíduos e suas propriedades contra violência, fraude, roubo e invasão física por outros. Este índice mensura liberdade econômica e serve como indicador de qualidade institucional, tendo por base informação predominantemente objetiva a respeito de cinco componentes principais: tamanho de governo, sistema legal e proteção a direitos de propriedade, estabilidade monetária, liberdade de comércio exterior e regulação de mercados. No relatório anual do Índice de Liberdade Econômica (ILE) de 2012 do *The Fraser Institute*, que usa dados de 2010 para um total de cento e quarenta e quatro países, os quatro países mais livres do mundo são Hong Kong, Cingapura, Nova Zelândia e Suíça. Os quatro países menos livres são República do Congo, Zimbábue, Myanmar e Venezuela. Na América do Sul, os países mais livres são o Chile, Peru e Uruguai (10º, 24º e 51º do ranking, respectivamente). O Brasil aparece em 103º no ranking, enquanto que os países menos livres na América do Sul são Guiana, Equador, Argentina e Venezuela (111º, 131º, 149º e 152º do ranking, respectivamente).

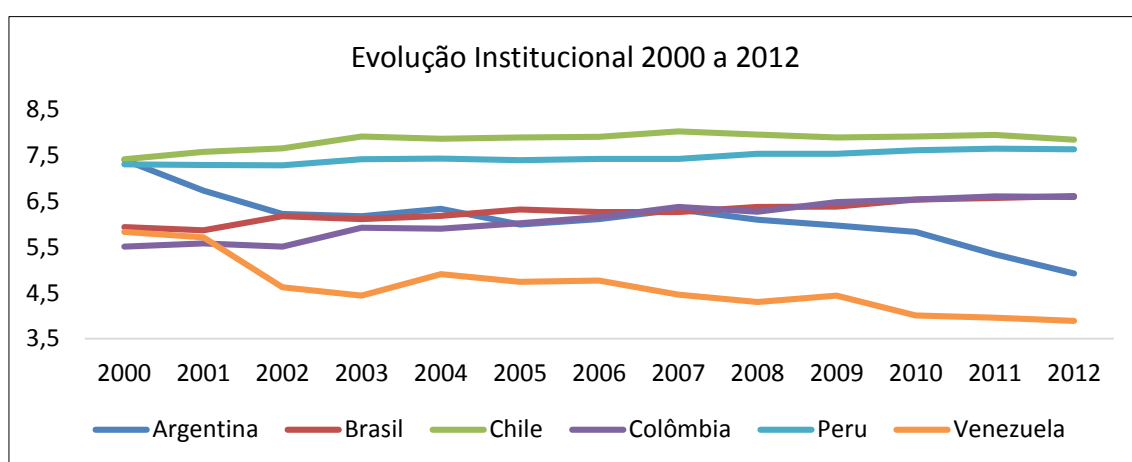


Figura 13 – Índice de Liberdade Econômica – Fraser Institute – 2000 a 2012

Fonte: Economic Freedom of the World: Annual Reports.

A figura 13 mostra a evolução das notas atribuídas a cada economia entre os anos de 2000 e 2012. Chile com uma nota média de 7,8 durante os anos de 2000 a 2012 pode ser considerada uma economia majoritariamente livre (é a 10ª mais livre do mundo), assim como o Peru, que com a nota média de 7,5 entra no *hall* das economias majoritariamente livres, categoria na qual se encontram países desenvolvidos como Alemanha, Japão e Austrália. É importante ressaltar, entretanto que de 2000 a 2012 as notas atribuídas a estas duas economias praticamente não se alteraram – em 2007 o Chile conseguiu alcançar o status de economia livre, com a nota oito, mas caiu novamente no ano seguinte – e vêm se mantendo majoritariamente livre. Brasil, Colômbia e Argentina com notas médias durante os 13 anos de 6,3, 6,1 e 6,1 respectivamente, podem ser consideradas economias moderadamente livres.

Ressalte-se que dos 57 países considerados moderadamente livres, apenas a Itália (6,9) é considerada uma economia desenvolvida, o que deveria causar preocupação nestes países. Apesar de Argentina, Brasil e Colômbia terem nota média parecida, a evolução durante o período parece indicar vieses distintos. Argentina por exemplo, em 2000 tinha nota idêntica à do Chile (7,4) e um pouco maior do que a do Peru (7,3) sendo estes, considerados países majoritariamente livres à época. Desde então, a nota Argentina vem caindo ano após ano até que em 2012 alcançou 4,9, atingindo o status de economia não livre, além do que a média de evolução do índice no período para a Argentina foi de -3,2%, intensificando-se em 2011 e 2012 (os dois últimos registros da série). Brasil e Colômbia evoluíram positivamente de 2000 em diante, chegando a 2012 com a mesma nota de liberdade econômica atribuída pelo *Fraser*

Institute (6,6), entretanto as perspectivas para a Colômbia são mais animadoras visto que o índice de liberdade econômica cresce a cada ano em média 1,5% na Colômbia e no Brasil o crescimento nos últimos doze anos foi de 0,9%. Quanto à Venezuela é importante ressaltar que em 2000 era considerada uma economia mais livre do que a colombiana, até que com uma evolução de -3,1% no índice, sua nota caiu para 3,9 sendo considerado assim um dos dois países menos livres do mundo.

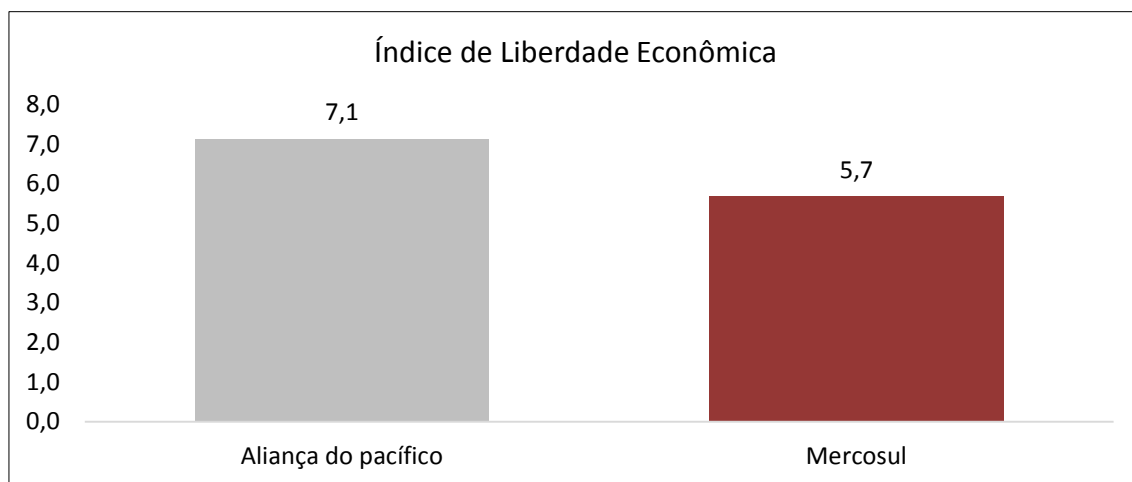


Figura 14 – Índice de Liberdade Econômica – Fraser Institute – Média entre 2000 e 2012

Fonte: Economic Freedom of the World: Annual Reports. Média dos índices anuais de 2000 a 2012.

Os países da Aliança do Pacífico ou os Pumas do Pacífico como cunhou Samuel George, nos primeiros 13 anos de século XXI tiveram instituições e regras do jogo mais estáveis e mais livres comparando-se com os vizinhos do Mercosul. Em conjunto na média entre 2000 e 2012 a Aliança do Pacífico apresentou uma nota de 7,1 podendo se considerar como majoritariamente livres, puxados principalmente por Chile e Peru, conforme figura 14.

Os países do Mercosul apresentaram rendimento inferior a 6,0, o que significa que o instituto os classificam em conjunto como majoritariamente não livres, puxados essencialmente por Venezuela e Argentina que ocuparam em 2012 os 152º e 149º lugares respectivamente, dentre 153 economias analisadas.

3.3. Produtividade do trabalhador vs liberdade econômica

A tabela abaixo indica a correlação que cada país tem entre seus índices de liberdade econômica, fornecidos pelo *Fraser Institute*, e a medida de produtividade por hora trabalhada, calculado pelo *The Conference Board*.

Peru	95%
Colômbia	84%
Brasil	84%
Argentina	69%
Chile	63%
Venezuela	5%

Tabela 2 – Correlação entre o Índice de Liberdade Econômica e a medida de produtividade por hora trabalhada.

Fonte: Economic Freedom of the World: Annual Reports, Fraser Institute; The Conference Board.

Dentre os países selecionados, Peru apresenta a maior correlação entre as duas séries (95%), isso significa que a evolução da produtividade de um peruano praticamente andou junta com a evolução das instituições econômicas do país. Brasil e Colômbia também houve uma forte correlação (84%). O Chile apresenta correlação razoavelmente forte (63%), mostrando que a produtividade de seu trabalhador que cresceu bastante, colhendo os frutos de instituições já bastante livres nas décadas anteriores. Nesse contexto, a produtividade do trabalho cresceu mais do que o avanço da liberdade das instituições chilenas.

Quanto à Argentina, que apresentou entre as duas séries correlação de 69%, o coeficiente pode ser explicado pelo fato dos dois indicadores estarem em tendência de queda, mas as instituições econômicas se deterioraram mais rapidamente do que a produção. O caso da Venezuela é mais complexo, pois a produtividade média do trabalhador é altamente influenciada pelo preço do barril de petróleo, ou seja, o elevado valor da produção de petróleo mascara a efetiva produtividade média do trabalhador da Venezuela, que deve ser bem abaixo do valor obtido.

4. Conclusão

Os resultados encontrados mostram que na primeira década do século XXI a América do Sul teve uma clara divisão de modelos de desenvolvimento, no qual de um lado estiveram os países que George (2014) intitulou “Pumas do Pacífico”, e do outro, aqueles pertencentes ao bloco econômico do MERCOSUL. Enquanto Chile, Colômbia e Peru colheram resultados econômicos bastante satisfatórios para os padrões mundiais, Brasil, Argentina e Venezuela tiveram números abaixo da média nos quesitos crescimento do PIB, inflação e produtividade dos trabalhadores.

O Instituto Millennium (2012) cita o Chile como exceção na América do Sul, no que concerne às boas instituições. Este trabalho chega à conclusão que Peru e Colômbia também vêm fazendo o “dever de casa” e estima-se que em 2051 o Peru alcance a renda per capita atual dos EUA (três anos depois do Chile e 44 anos antes do Brasil). O nível de liberdade econômica do Peru já é muito próximo ao chileno, ao passo que a Colômbia, que em 2000 tinha as piores instituições dentre as seis economias selecionadas, em 2012 já ostenta a terceira melhor nota atribuída pelo instituto *Fraser*, empatada com o Brasil, evolução que se reflete nos indicadores econômicos e nas previsões do FMI.

O bom desempenho dos países da Aliança do Pacífico, além da fraca performance do MERCOSUL, ao que tudo indica, está fortemente relacionado às mudanças institucionais pelas quais passaram estes países. A série histórica que quantifica a liberdade econômica dos países (*Fraser Institute*) mostra forte correlação com a produtividade por hora trabalhada, o que neste caso confirma os argumentos de uma vasta literatura institucionalista que mostra a relação entre boas instituições e desenvolvimento econômico.

Referências

- Acemoglu, D., Robinson, J. A., & Woren, D. (2012). *Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty* (Vol. 4). New York: Crown Business.
- Gala, P. (2003). A Teoria Institucional de Douglass North. *Revista de Economia Política*, vol. 23, nº 2.
- George, S. (2014). *The Pacific Pumas. An emerging Model for Emerging Markets*. Bertelsmann Foundation. Washington, DC, Estados Unidos.
- Gwartney, J., Lawson, R., & Hall, J. (2014). *Economic Freedom of the World 2014 Annual Report*. The Fraser Institute.

Instituto Millennium (2012). *Desempenho Econômico do Brasil, Qualidade Institucional e Liberdade Econômica*. Rio de Janeiro.

Lall, S. (1996). *Learning from the Asian Tigers: studies in technology and industrial policy*. London: Macmillan.

Moura, Marcelo L., and Alexandre de Carvalho. "What can Taylor rules say about monetary policy in Latin America?." *Journal of Macroeconomics* 32.1 (2010): 392-404.

North, D. C. (1992). Transaction costs, institutions, and economic performance (pp. 13-15). San Francisco, CA: ICS Press.

O'DONNELL, G. Delegative democracy. *Journal of Democracy*, v. 5, n. 1, p. 55-69, 1994.

O'Neill, J. (2001). *Building better global economic BRICs* (pp. 1-15). New York: Goldman Sachs.

Oppenheimer, A. (2013). *Cuentos Chinos: El engaño de Washington, la mentira populista y la esperanza de América Latina*. Debolsillo.

Power, T. J., & Jamison, G. D. (2005). Political mistrust in Latin America. *Comparative Sociology*, 4(1), 55-80.

Roberts, K. M., & Wibbels, E. (1999). Party systems and electoral volatility in Latin America: a test of economic, institutional, and structural explanations. *American Political Science Review*, 93(03), 575-590.

Sachsida, A. & Machado J.B. (2008). *Fatores Determinantes da Riqueza de uma Nação*. Rio de Janeiro: Editora Interciência.